



CPMI-PETRO

2014

Requerimento
Nº 325/14

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) processo de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) envolvendo a Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia e o Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM) ao(à) Ministério da Saúde.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do SF), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO** de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) processo de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) envolvendo a Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia e o Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM) ao(à) Ministério da Saúde.

JUSTIFICATIVA


Leandro Augusto Cunha
Técnico Legislativo
M.º 23206-14



Alberto Youssef, com a ajuda de André Vargas, colocou seu laboratório farmacêutico, o Labogen Química Fina e Biotecnologia, dentro do Ministério da Saúde. Todavia, como o laboratório do doleiro era de fachada, cuja folha de pagamentos mal chegava a R\$ 30 mil/mês, houve a necessidade de associá-lo a um laboratório de verdade para que a fraude adquirisse uma aparência de legalidade. Os contratos visados pela dupla dentro do Ministério da Saúde para fornecimento de medicamentos eram da ordem de R\$ 150 milhões.

Segundo a Polícia Federal, em 19 de setembro de 2013, Vargas e Youssef conversaram sobre o contrato, ainda em estudo pelo Ministério da Saúde. O deputado relatou a Youssef seu encontro com um dos integrantes do esquema, Pedro Argese, da Labogen:

“Estamos mais fortes agora. Vi documento com Pedro. Ele estava no voo de volta de Brasília”.

Tudo indica que Argese o informou que estava praticamente acertada a parceria com a EMS, gigante farmacêutico especializado em medicamentos genéricos. Vargas mal escondia a euforia ao relatar o encontro para Youssef:

“Bati um longo papo com Pedro, e ele estava com documento de parceria com a EMS”.

E Youssef emendou:

“Cara, estou trabalhando, fica tranquilo. Acredite em mim. Você vai ver quanto isso vai valer... Tua independência financeira e nossa também, é claro...”.



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
CPMI DA PETROBRAS

Ainda segundo a Polícia Federal, no dia seguinte, 20 de setembro de 2013, as mensagens revelaram dificuldades. Disse Youssef a Vargas:

"Estou enforcado. Preciso de ajuda para captar... Tô no limite".

Em seguida, Vargas mencionou um certo João Procópio, que, segundo a PF, também era da Labogen. Youssef, de maneira cifrada, então respondeu a Vargas:

"Sim. Esteve com ele, marcou alguns lugares, mas não andou. São Bernardo um deles..."

Diante da resposta de Youssef, Vargas, resolutivo, respondeu:

"Vou atuar".

Segundo a PF, naquele mesmo dia, técnicos do Ministério da Saúde foram destacados para certificar a Labogen. Em razão disso, novo contato foi feito por Youssef para Vargas:

Youssef: *"Visita dos técnicos MS às 14h30. Te informo depois como foi".*

Vargas: *"Legal". (Algum tempo depois...)*

Youssef: *"Terminou a visita. Fomos bem. Temos que aguardar o relatório".*

Vargas: *"Vamos cobrar. Preciso do retorno sobre a estruturação".*

O resultado da parceria entre o deputado e o doleiro foi que o grupo logo fechou a primeira Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) no Ministério da Saúde. **O responsável pelo**



processo foi o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Carlos Augusto Gadelha. Foi Gadelha quem determinou ao diretor Eduardo Jorge Oliveira que atendesse os representantes do Labogen. A reunião aconteceu em 24 de abril de 2013. Na citada reunião, Oliveira disse que *“o parceiro ideal para a Labogen seria a EMS”* e que o produto *“ideal para a parceria”* seria o citrato de sildenafil, princípio ativo do Viagra, porque a EMS já produzia o medicamento. *“A EMS seria uma empresa recomendada porque, segundo Oliveira, para o processo ser realizado eram necessários testes de bioequivalência e estabilidade, e esses testes eram muito demorados, sendo que a EMS já os tinha feito”*, relatou Pedro Argese, um dos diretores do Labogen, em depoimento prestado à Polícia Federal. Oliveira disse também que o Labogen precisava de um parceiro público e que, portanto, deveriam procurar o laboratório da Marinha porque ele *“já tinha parcerias efetivas”* no mesmo modelo pleiteado pelo Labogen.

Após a assinatura do termo de parceria, nova mensagem captada pela PF revelou Pedro Argese, homem da Labogen, reproduzindo o que ele tinha ouvido de Gadelha:

“Ele falou: olha, informo a todos que, da minha parte, vamos dar todo apoio possível pra retomada da Labogen”.

O *“apoio”* de Gadelha se materializou num contrato inicial de R\$ 30 milhões para a turma comandada por Vargas e



Youssef. No dia 26 de março de 2014, o Ministério da Saúde suspendeu a parceria.

Na verdade, o empresário Leonardo Meirelles é quem consta como o verdadeiro dono da Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen Química Ltda. Youssef, segundo ele, era o responsável por fazer os “contatos” políticos para viabilizar reuniões entre representantes da empresa e o Ministério da Saúde. Em depoimento à PF, Meirelles revelou que Youssef é dono da Quality Holding Investimentos e Participações. Todavia, havia firmado compromisso para adquirir a Labogen. Desde 2010, Youssef já aportou R\$ 3 milhões no laboratório. Para a PF, ele é o verdadeiro controlador da Labogen.

O Labogen está localizado no interior de São Paulo, mais especificamente em Indaiatuba. Além de Meirelles, o frentista Esdra Ferreira também consta como dono formal do Labogen. Ambos afirmaram à Polícia Federal que, de início, o Labogen era uma “*empresa de papel*” que servia para maquiagem as operações de câmbio de Youssef. Segundo os dados levantados, entre agosto e novembro de 2010, o Labogen, mesmo sem produzir um comprimido sequer, faturou R\$ 79 milhões.

No depoimento à Polícia Federal, Esdra Ferreira disse que ficou encarregado de comprar as máquinas que formariam a planta do laboratório. **Segundo ele, quase todos os equipamentos vistoriados e aprovados pelos técnicos do Ministério da Saúde não passavam de carcaças de máquinas sucateadas que ele havia**



comprado em cemitérios de equipamentos e mandado revestir de placas de alumínio para “dar aparência de novas”. Um dos funcionário do laboratório confirmou a armação: ***“As máquinas são apenas carcaças. Estão todas ocas”.***

O laboratório tem oficialmente 24 funcionários. Mas apenas três dão expediente. Os outros abandonaram o emprego. Um desses funcionários relatou que *“Era um entra e sai de carro importado, Mercedes, BMW, Land Rover. Eles viviam em reuniões fechadas. De vez em quando, chegavam umas bolsas cheias de dinheiro. Bolos imensos de notas que eles usavam para pagar a reforma do laboratório. A carteira do seu Leonardo dava medo de ver. Era tão grossa, com tanto dinheiro, que não cabia no bolso”.*

Vale registrar ainda que o Ministério da Saúde aprovou no fim de 2013 a Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) com a Labogen Química Fina e Biotecnologia, do doleiro Alberto Youssef, apesar de não ser possível centralizar a compra do medicamento que seria fabricado. A mesma exigência foi usada pelo ministério como motivo para rejeitar a PDP com outro laboratório, o Cristália, em 2011. A informação aparece numa nota técnica da pasta fornecida à Justiça Federal do Paraná, onde corre o processo da Operação Lava-Jato. Uma segunda nota técnica, decisiva para a aprovação da parceria com o laboratório do doleiro, foi entregue à Justiça faltando seis das 12 páginas existentes, o que impede a compreensão exata da análise que embasou o acordo validado pelo ministério no fim da gestão de Alexandre Padilha (PT). A **nota 147/2014**, de 26 de março, após a operação da PF,



diz que a proposta para fabricar o citrato de sildenafila em 2011 foi reprovada *“sob fundamento de que não havia perspectivas de pactuação da centralização da compra do medicamento pelo ministério junto a estados e municípios”*. Os parceiros eram Cristália e Laboratório da Marinha. Em 2013, o Labogen se associou ao Laboratório da Marinha para produzir o mesmo medicamento, para hipertensão arterial pulmonar. Desta vez, a PDP foi aprovada pelo ministério, em meio ao lobby do deputado André Vargas (ex-PT-PR) em nome de Youssef. Condicionantes foram estabelecidas no termo de compromisso, que teve Padilha como testemunha. *“O produto é oferecido no âmbito do SUS pelos estados. Somente em 2015 estaria prevista a centralização da compra e possível aquisição conforme cronograma”*, cita a nota. **O documento é assinado pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Carlos Gadelha; pelo diretor do Departamento do Complexo Industrial, Eduardo Jorge Valadares; e por outra técnica da pasta. Gadelha e Valadares são citados como responsáveis por viabilizar a parceria com o Labogen.** No anexo com as condicionantes para o acordo, consta a pendência: *“O laboratório fica ciente de que as aquisições somente ocorrerão após centralização das compras pelo Ministério da Saúde”*. A nota técnica fornecida pela metade à Justiça é a **372/2013**, de 4 de novembro. Faltam as páginas 2, 4, 6, 8, 10 e 12.

Por fim, recentemente, foi apresentada denúncia pelo Ministério Público no Paraná envolvendo a Petrobrás. **A Denúncia oferecida concluiu que o dinheiro ilícito foi desviado da PETROBRAS mediante a contratação superfaturada pelo**



CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA - CNCC, o qual, por sua vez, subcontratou serviços e produtos superfaturados e inexistentes da SANKO SIDER e SANKO SERVIÇOS, dos denunciados MARCIO BONILHO e MURILO BARRIOS. Vale ressaltar que, no ano de 2011, de acordo com as informações prestadas pela RECEITA FEDERAL, as empresas SANKO SIDER e SANKO SERVIÇOS, dos denunciados de MARCIO BONILHO e MURILO BARRIOS receberam R\$ 69.800.000,00 (sessenta e nove milhões, e oitocentos mil reais) do CNCC, o qual, por sua vez, havia recebido R\$ 591.000.000,00 (quinhentos e noventa e um milhões de reais) da PETROBRAS pela obra da refinaria de ABREU E LIMA (informações da RECEITA FEDERAL ANEXO III da denúncia). Na SANKO, os recursos ilícitos foram separados e remetidos para a MO CONSULTORIA, mediante contratos simulados, sendo que esta empresa recebia recursos de diversas outras sociedades integrantes da trama criminoso e que ainda estão sendo investigadas. Só em 2011 a empresa SANKO SIDER declarou ter pago à MO CONSULTORIA R\$ 15.443.259,79 (quinze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais, e setenta e nove centavos), sendo que este valor representou 64% de todos os pagamentos feitos pela SANKO SIDER naquele ano (informações da RECEITA FEDERAL ANEXO III da denúncia). A partir da MO CONSULTORIA o dinheiro desviado foi pulverizado entre diversas empresas e pessoas ligadas a YOUSSEF, incluindo a LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA. Uma quantia foi sacada em espécie. Finalmente, da LABOGEN



QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA o montante arrecado nos crimes antecedentes foi remetido para o exterior mediante importação fraudulenta.

Ante o exposto, entende-se necessária a requisição de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) processo de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) envolvendo a Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia e o Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM).

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2014.